

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho (extracto) n.º 12 877/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas do Algarve e depois de obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do MADRP, o técnico superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário António José Ferreira Catalão Dionísio é provido à categoria de técnico superior principal da mesma carreira do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2007, por ter exercido, sem interrupção, o cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária do Sotavento, de 13 de Setembro de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007, e se encontrarem reunidos os requisitos necessários nos termos do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 12 878/2007

Por despacho de 15 de Maio de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas do Algarve e depois de obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do MADRP, o técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior Miguel Cristiano da Silva Estevão é provido à categoria de técnico superior principal da mesma carreira do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2007, por ter exercido, sem interrupção, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, de 6 de Novembro de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007, e se encontrarem reunidos os requisitos necessários nos termos do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Despacho (extracto) n.º 12 879/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do director regional de Agricultura e Pescas do Algarve e depois de obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretaria-Geral do MADRP, o técnico superior de 1.ª classe da carreira de médico veterinário, António José Pereira Pires de Carvalho é provido à categoria de técnico superior principal da mesma carreira do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional de Agricultura do Algarve, com efeitos a 1 de Março de 2007, por ter exercido, sem interrupção, o cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária do Barlavento, de 2 de Setembro de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007, e se encontrarem reunidos os requisitos necessários nos termos do artigo 29.º e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 12 880/2007

Por despacho de 21 de Maio de 2007 do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi a Sandra Maria Macedo de Gouvêa Szilard, técnica superior de 1.ª classe, na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 2 de Maio de 2006, autorizado o regresso ao quadro de pessoal da ex-DRARNLVT, com efeitos reportados a 2 de Julho de 2007 (Isento de fiscalização prévia.)

22 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 12 881/2007

Por despacho de 23 de Maio de 2007 da vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, foi Maria Fernanda Maia de Magalhães Ilharco de Moraes Sarmiento, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, nomeada definitivamente na categoria de assessora principal, da carreira técnica superior, com efeitos a 16 de Fevereiro de 2007, ficando posicionada no escalão 1, índice 710, nos termos do artigo 29.º, nos n.ºs 1, 2, 4 do artigo 30.º, e nos n.ºs 1 e 3, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em conjugação com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. (Isento de fiscalização prévia.)

24 de Maio de 2007. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção Regional da Economia do Norte

Aviso n.º 11 324/2007

Por meu despacho de 23 de Maio de 2007, foi anulado o concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar na categoria de assistente administrativo principal, aberto pelo aviso n.º 7553/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Junho de 2006.

23 de Maio de 2007. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

Édito n.º 272/2007

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com a redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na secretaria da Câmara Municipal de Braga e na Direcção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., área de rede Minho-Braga, para o estabelecimento da linha aérea a 15 kV, PT 136 São Julião de Passos (1.º troço), concelho de Braga, a que se refere o processo EPU/12522.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na Direcção Regional da Economia do Norte ou na secretaria daquele município, dentro do citado prazo.

14 de Junho de 2007. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

2611022488

Édito n.º 273/2007

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com a redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na secretaria do município de Valongo, do município de Santo Tirso e na Direcção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., Departamento de Infra-Estruturas — Norte, para o estabelecimento da linha aérea a 60 kV, Alfena-Neoplástica, nas freguesias de Alfena, Valongo e Água Longa, concelhos de Valongo e de Santo Tirso, a que se refere o processo EPU/31313.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na Direcção Regional da Economia do Norte ou na secretaria daquele município, dentro do citado prazo.

14 de Junho de 2007. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

2611022492

Édito n.º 274/2007

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com a redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na secretaria do município de Cinfães, Câmara Municipal de Castro Daire, e na Direcção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A., Departamento de Infra-Estruturas — Norte, para o estabelecimento da linha aérea a 60 kV, Sobrado-Carrapatelo, nas freguesias de Parada de Ester, Alhões, Tendais, Cinfães e Cristóvão de Nogueira, concelhos de Castro Daire e Cinfães, a que se refere o processo EPU/31390.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na Direcção Regional da Economia do Norte ou na secretaria daquele município, dentro do citado prazo.

14 de Junho de 2007. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

2611022493

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho n.º 12 882/2007

Na esteira da reorganização prevista nas alíneas c) do n.º 1 e h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro — Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas —, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura e pescas (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial, a que se refere o n.º 5.4 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que a funcionária Zulmira Maria da Costa Coelho Lopes possui mais de quatro anos de experiência profissional nas carreira e categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Zootécnica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial, correspondendo assim ao perfil pretendido e evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão de Experimentação, Qualificação e Apoio Laboratorial a licenciada em Engenharia Zootécnica Zulmira Maria da Costa Coelho Lopes, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Maio de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

Nota curricular

Dados pessoais — Zulmira Maria da Costa Coelho Lopes, casada, nascida em 28 de Março de 1963 e residente na Rua de José Augusto Castro, 19, 3.º, direito, 4150 Porto.

Formação académica:

Licenciatura em Engenharia Zootécnica;
Mestrado em Engenharia Biológica.

Formação profissional — curso FORGEP — formação em gestão pública.

Experiência profissional:

Ingressou na Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho em 2 de Novembro de 1986;

Exerceu funções de responsável pelas actividades dos laboratórios de química e microbiologia alimentar, na Estação Experimental Lactínios. Neste organismo, para além das actividades inerentes à experimentação e controlo dos produtos em estudo, entre 1987 e 1993, coordenou os programas de controlo de qualidade do leite ao nível dos postos de concentração, do «leite escolar — IASE», e o controlo de qualidade de produtos lácteos a exportar inseridos na OCM (trabalho realizado em colaboração com o Instituto de Qualidade Alimentar). Entre 1990 e 1996, em colaboração com o Ministério do Comércio e Turismo — DGIE, procedeu ao controlo laboratorial de leite e produtos lácteos sujeitos a inspecção;

Em 1993 assumiu a coordenação do Departamento de Tecnologia de Lactínios, tendo desenvolvido 12 tecnologias de fabrico de queijo, que utiliza como modelos tecnológicos para formação de técnicos de tirotecna. Desenvolveu e difundiu novas metodologias de conservação de queijo e de valorização do lactossoro;

Em 1996, deu início à recolha, identificação e caracterização de bactérias lácticas autóctones. Colaborou com diversas empresas em programas de alteração e ou adequação de tecnologias de fabrico de queijo e apoio a novas unidades de produção. Cooperou com instituições de ensino superior na execução de teses de mestrado e doutoramento, bem como de estágios curriculares de licenciatura e de outros graus académicos (mais de 40);

Participou na execução de 16 projectos de investigação, desenvolvimento experimental e demonstração, desenvolvidos em parceria com instituições de investigação e empresas;

Possui 53 publicações, sendo 24 em revistas científicas (com revisão prévia), nas áreas da nutrição animal, qualidade do leite, lactínios, valorização do lactossoro, microbiologia alimentar e comportamento do consumidor. Apresentou 22 trabalhos em congressos nacionais e internacionais, após revisão prévia. Oradora convidada em representação da DRAEDM em 26 seminários;

Colaborou na elaboração de fichas pedagógicas e de referenciais de formação profissional agrária nas áreas da produção de bovinos de leite, qualidade do leite e fabrico de queijo;

Nomeada chefe de divisão de Leite e Lactínios, em regime de comissão de serviço, em 25 de Outubro de 2001, funções que exerceu até 28 de Fevereiro de 2007;

A 18 de Janeiro de 2006 é nomeada por despacho interno do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho responsável pela Divisão de Produção Animal, em regime de acumulação.

Despacho n.º 12 883/2007

Na esteira da reorganização prevista nas alíneas c) do n.º 1 e h) e i) do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro — Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas —, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2007, de 27 de Fevereiro, que estabelece o novo modelo orgânico e funcional, definindo a missão, atribuições e tipo de organização interna das direcções regionais de agricultura e pescas (DRA), que passam a designar-se por direcções regionais de agricultura e pescas (DRAP).

A Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, no desenvolvimento deste último diploma, determina o número de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Por sua vez, o despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio, elenca as unidades flexíveis, definindo as suas atribuições e competências.

Por outro lado, estatui o n.º 1, alínea c), do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, a qual ocorreu no dia 28 de Fevereiro de 2007.

Importava assim, desde esta data e até à nomeação dos novos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau, assegurar o regular funcionamento das respectivas unidades orgânicas flexíveis.

Considerando a vacatura do lugar de chefe de divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade a que se refere o n.º 4.1 do despacho n.º 8500/2007, de 11 de Maio;

Considerando que a funcionária Alda Maria de Oliveira Henriques Brás possui mais de quatro anos de experiência profissional nas carreira e categoria para cujo provimento é exigível uma licenciatura e reconhecida aptidão e experiência profissional para o cargo de chefe de divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade;

Considerando que possui a licenciatura em Engenharia Agronómica e experiência profissional no âmbito das atribuições cometidas à Divisão de Valorização Ambiental e Biodiversidade, correspondendo assim